

Cultura, Resistência e Políticas Públicas na Promoção da Equidade de Gênero

Do mito da criação do homem às leis que regem a sociedade contemporânea, a cultura de cada povo nos conta um pouco não só da sua visão de mundo, mas também de como cada um constrói as suas relações de gênero.

É interessante pensar o quanto a cultura ocidental (mas não só ela), em que estamos inseridas/os, absorveu a cultura trazida da Europa (colonialista, cristã, patriarcal) e, durante muito tempo, contou e guiou sua história apenas por uma única perspectiva. Deus criou a mulher da costela de Adão, “Deus fez as mulheres belas. O diabo as fez espertas”; quem descobriu o Brasil foi Pedro...

No entanto, temos visto emergir cada vez mais relatos e trabalhos focados em abordar uma nova perspectiva – com base em teorias decoloniais –, buscando contar a versão apagada por essa História patriarcal e eurocêntrica, por meio das vozes de mulheres, indígenas, pretos, quilombolas, latino-americanos. Grupos sociais estes que sempre existiram e resistiram, com suas diferentes crenças, modos de entender a vida e de se beneficiar do meio (ambiente) em que vivem, e que continuam a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária nos espaços de decisão.

Nesta edição do periódico, apresentamos às/aos leitoras/es o terceiro volume da Revista Científica Gênero na Amazônia, ainda referente ao ano de 2025.

A Edição nº 28-2025 recebeu um número regular de artigos que foram organizados em um **Dossiê - Autoras Amazônidas da Educação Comunitária – uma Articulação com o Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes (IPPCS)**, já publicado.

Contudo, outros artigos específicos ficaram para a Edição nº 28-2025- SUPLEMENTAR, haja vista sua importância para as/os leitores deste periódico e o nível das pesquisas apresentadas pelos/as autores/as. As referências temáticas estão registradas nos resumos desta apresentação.

No artigo que abre a edição (começando com a SEÇÃO A: Cultura e Resistência na construção da equidade de gênero), **Zélia Amador e bell hooks: tecendo uma arte-literatura negra na educação**, Karolina Ramos da Silva e Gilcilene Dias da Costa apresentam os resultados de uma oficina realizada com alunos de 1º e 2º ano da escola pública E.E.E.M. Abraão Simão Jatene, em Cametá-PA, onde se debateu a questão do feminismo, do feminismo negro e do racismo com base nos trabalhos de bell hooks e de Zélia Amador de Deus, com os estudantes argumentando e compartilhando suas experiências cotidianas e, em especial, no espaço escolar com os demais membros do grupo, entendendo a importância dessas discussões para a desconstrução de preconceitos.

Ainda na mesma Seção, a autora Maria Ivonete Coutinho da Silva revelou-se nos Estudos Literários e Antropológicos ao apresentar o artigo **A Colonialidade e as Intersecções de Gênero, Raça e Sexo na Obra “O Alegre Canto da Perdiz” de Paulina Chiziane**, utilizando-se dos estudos decoloniais e da obra “O Alegre Canto da Perdiz”, da escritora moçambicana, para analisar como as personagens do romance em questão se manifestam sobre a colonialidade no qual estão inseridos na narrativa, servindo também de espelho para o próprio leitor, fazendo-nos pensar acerca do sistema de dominação e exclusão social vivenciados por pessoas não brancas na sociedade patriarcal e eurocêntrica em que vivemos.

Iniciando a Seção B (sob o tema Políticas Públicas, Saúde, Direito e Legislação), o artigo **Quando Deus Entra em Plenário: o embate científico-religioso na discussão sobre o aborto na Câmara dos Deputados**, de Carlos Augusto Souza, Martha Jares e Alan Pereira da Silva, faz uma análise acerca dos principais discursos contra e a favor do Estatuto do Nascituro – projeto de lei que visa criminalizar e proibir qualquer tipo de aborto, mesmo nos casos já previstos na lei

atual – manifestados por médicos, cientistas, políticos e religiosos durante o processo de tramitação deste projeto (PL nº 434/2021) no Congresso Nacional, discorrendo acerca das contradições dos argumentos a favor da criminalização e dos riscos que tal lei provocaria, principalmente, às vidas de mulheres que já se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Na sequência, as autoras Marina Oliveira Malta e Jesana Batista Pereira, no artigo **Educação, Gênero e Cultura de Paz: uma análise da resolução nº. 1325 da Organização das Nações Unidas**, discutem a importância da Resolução 1325 da ONU, ocorrida em 31 de outubro do ano de 2000, para a afirmação da segurança dos direitos das mulheres, principalmente, em períodos de guerra e pós-guerra, pontuando a necessidade de não só assegurar representantes femininas em funções essenciais à construção da paz como também de se trabalhar para inserir os princípios da resolução nos currículos escolares e na formação dos agentes públicos, a fim de se consolidar uma cultura de paz e de equidade de gênero.

Já o artigo apresentado na Seção C (Participação, História e Representação política de mulheres), **O Mito da Criação da Mulher nas Sociedades Tradicionais: uma análise comparativa entre visões eurocêntricas e tradições africanas e amazônicas**, de Ricardo de Oliveira Santos, apresenta pesquisa investigativa acerca de como os mitos originários da criação da mulher exerceram e ainda exercem influência nas perspectivas contemporâneas de gênero, em especial os mitos ocidentais (grego-romanos, cristão). O autor faz uma comparação com mitos tradicionais africanos e amazônicos, concluindo o quanto essas diferentes concepções mitológicas implicam na organização social e relações de gênero e na importância de se fazer um estudo de História com abordagem decolonial, a fim de se questionar a narrativa histórica eurocêntrica que predomina no mundo e nas instituições de ensino.

A edição encerra com a entrevista realizada com a professora Dra. Ruth Helena Cristo Almeida-UFRA/ISARH/GERAR-CNPq, acerca de sua trajetória acadêmica, com ênfase na criação do Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero e Ruralidades Amazônicas (GERAR/CNPq).

Os textos desta Edição 28-2025 / SUPLEMENTAR contribuem de forma decisiva para outros temas importantes sobre as questões de gênero, raça, classe e identidade além da literatura escrita por mulheres que permeiam as nossas vivências cotidianas e amazônicas num contributo exemplar de diálogos e novas pesquisas, aprofundando o nosso conhecimento sobre os processos de vivência social, onde a aprendizagem sobre os laços pouco conhecidos da equidade de gênero apontam para quem nós somos nesta parte da Amazônia.

Boa leitura!

Belém/PA (Amazônia/Brasil), fevereiro de 2026.

Maria Luzia Miranda Álvares

Doutora em Ciência Política. Docente voluntária da Faculdade de Ciências Sociais/UFPA.

Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero-GEPEM

Ana Carolina Álvares Branco

Especialista em Produção Audiovisual/Estácio Belém.

Graduada em Design de Produto/IESAM.